



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

FILOSOFIA

**PERTENCIMENTO E NÃO-LUGARES: COLONIALIDADE, MARGINALIZAÇÃO E
A BUSCA POR UM LUGAR**

HELLEN QUEIROZ SILVA

Foz do Iguaçu
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

FILOSOFIA

**PERTENCIMENTO E NÃO-LUGARES: COLONIALIDADE, MARGINALIZAÇÃO E A
BUSCA POR UM LUGAR**

HELLEN QUEIROZ SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Filosofia.

Orientadora: Prof. Dr^a. Idete Teles dos Santos.

Foz do Iguaçu
2025

HELLEN QUEIROZ SILVA

PERTENCIMENTO E NÃO-LUGARES: COLONIALIDADE, MARGINALIZAÇÃO E A BUSCA POR UM LUGAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Filosofia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dr^a. Idete Teles dos Santos
UNILA

Prof. Dr^a. Maria Luz Mejias Herrera
UCLV

Prof. Dr. Gonzalo Patricio Montenegro Vargas
UNILA

Prof. Dr. Miguel Antonio Ahumada Cristi
UNILA

Prof. Me. Amanda de Almeida Romão
UNIFESP

Foz do Iguaçu, 04 de junho de 2025.

Dedico este trabalho a todos aqueles que me acompanham.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à espiritualidade e a todos aqueles ancestrais que me acompanharam — e que, de algum modo, ainda me acompanham. Aos meus familiares, por terem me ensinado valores primordiais para o meu crescimento, e por ainda me ensinarem tanto a cada dia. Agradeço por todo apoio, incentivo e força que me concederam para eu terminar esse momento importante da minha trajetória. Obrigada por todos os caminhos que me possibilitaram concluir esse momento.

Além disso, agradeço a cada professor e professora que tive ao longo da vida. Sempre admirei essa profissão, um dos motivos pelos quais escolhi me tornar professora — e diversas figuras que me orientaram e me ensinaram a respeito da vida, das escolhas, dos sentimentos humanos. Obrigada por cada ensinamento. Agradeço à professora Maria Luz por proporcionar, em muitos momentos, o incentivo necessário para ocasiões desafiadoras que tive. E por contribuir no meu senso crítico a respeito dos processos coloniais. Obrigada professor Miguel por ter contribuído de modo essencial na forma como passei a enxergar a educação. Agradeço também ao professor Gonzalo por ter me possibilitado compreender a importância da atenção aos detalhes no estudo da filosofia. E em especial, à minha orientadora, a professora Idete, pela paciência, compreensão, dedicação ao seu trabalho, por toda a parceria que estabelecemos até esse momento, e pela grande contribuição de me tornar uma pessoa comprometida com os meus valores éticos. Obrigada, professora Idete, por ter sido minha principal fonte de inspiração durante o período da graduação.

Agradeço também a cada pessoa que se esforça em dar vida e que possibilita que a UNILA possa continuar pulsante.

Um obrigada também aos colegas que me ajudaram em diversos momentos, e que me concederam apoio em situações desafiadoras.

Gratidão.

[...] o que não podemos imaginar não pode vir a ser.
bell hooks

RESUMO

Este trabalho tem como tema central o conceito de pertencimento, entrelaçando-o com os conceitos de identidade, reconhecimento e comunidade. O problema central da pesquisa consiste em investigar como a falta de valores atrelados à coletividade e à empatia acarreta a ausência do sentimento de pertencimento, isto é, de sentir-se parte integrante do mundo. Também examina como os grupos minoritários podem ter mais desafios e dificuldades para construir uma ideia de pertencimento, em especial, devido às consequências da dominação colonial. O objetivo central dessa pesquisa foi analisar o conceito de pertencimento, notando como o pertencimento pode estar atrelado à ideia de morada, a um lugar e as raízes ancestrais de cada indivíduo. Ademais, essa pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica, adotando um caráter interdisciplinar, colocando a filosofia em diálogo com a literatura, a sociologia e a psicanálise. Para ponderar sobre o que é pertencimento, conceito central dessa pesquisa, utilizou-se como base o pensamento da filósofa bell hooks, a partir da obra *Pertencimento: uma cultura do lugar* (2022); compreendendo, assim, o conceito de pertencimento a partir da ideia de 'morada'. Além disso, a ideia da filósofa esteve em constante diálogo com as noções de pertencimento, identidade, reconhecimento e comunidade de pensadores como Stuart Hall (2003), Tomaz Tadeu da Silva (2014), Axel Honneth (2003), Zygmunt Bauman (2003) e Antônio Bispo dos Santos (2023). Um dos resultados desse trabalho foi a compreensão de que o senso de pertencimento e seu fortalecimento se dão fundamentalmente em comunidade, a partir da relação com um lugar onde a identidade de um sujeito é reconhecida pelos demais, e ele também estabelece o reconhecimento com os demais integrantes.

Palavras-chave: pertencimento; identidade; reconhecimento; lugar; bell hooks.

RESUMEN

El tema central de este trabajo es el concepto de pertenencia, entrelazando esta idea con los conceptos de identidad, reconocimiento y comunidad. El problema central de la investigación es analizar cómo la falta de valores ligados a la colectividad y a la empatía conduce a la falta de sentido de pertenencia, es decir, a sentirse parte del mundo. También se examina cómo los grupos minoritarios pueden tener más retos y dificultades a la hora de construir una idea de pertenencia, especialmente debido a las consecuencias de la dominación colonial. El objetivo central de esta investigación es analizar el concepto de pertenencia, observando cómo ésta puede estar vinculada a la idea de morada, a un lugar y a las raíces ancestrales de cada individuo. Además, esta investigación se desarrolló a partir de una revisión bibliográfica y adoptó un enfoque interdisciplinario, poniendo en diálogo con la filosofía, la literatura, la sociología y el psicoanálisis. Para considerar qué es pertenecer, tema central de esta investigación, se utilizó como base el pensamiento de la filósofa bell hooks, a partir de su obra *Pertencimento: uma cultura do lugar* (2022); entendiendo así el concepto de pertenencia a partir de la idea de 'habitar'. Además, la idea de la filósofa se entrelazó en constante diálogo con las nociones de pertenencia, identidad, reconocimiento y comunidad, a partir de pensadores como Stuart Hall (2003), Tomaz Tadeu da Silva (2014), Axel Honneth (2003), Zygmunt Bauman (2003) y Antônio Bispo dos Santos (2023). Uno de los resultados de este trabajo fue la comprensión de que el sentido de pertenencia y su fortalecimiento se dan fundamentalmente en una comunidad, basada en la relación con un lugar donde la identidad de un sujeto es reconocida por los demás, y también establecen el reconocimiento con los demás miembros.

Palabras clave: pertenencia; identidad; reconocimiento; hogar; bell hooks.

ABSTRACT

The central theme of this work is the concept of belonging, intertwining this idea with the concepts of identity, recognition and community. The main problem of the research is to investigate how a lack of values linked to collectivity and empathy leads to a lack of a sense of belonging, i.e. feeling part of the world. It also examines how minority groups can have more challenges and difficulties in building an idea of belonging, especially due to the consequences of colonial domination. The central aim of this research is to analyze the concept of belonging, noting how belonging can be linked to the idea of dwelling, to a place and the ancestral roots of each individual. In addition, this research was developed based on a bibliographical review and adopted an interdisciplinary approach, placing philosophy in dialogue with literature, sociology and psychoanalysis. In order to consider what belonging is, the central theme of this research, the philosopher bell hooks' thinking was used as a basis, based on her work *Pertencimento: uma cultura do lugar* (2022). Thus understanding the concept of belonging from the idea of 'dwelling'. In addition, the philosopher's idea was intertwined in constant dialog with the notions of belonging, identity, recognition and community, based on thinkers such as Stuart Hall (2003), Tomaz Tadeu da Silva (2014), Axel Honneth (2003), Zygmunt Bauman (2003) and Antônio Bispo dos Santos (2023). One of the results of this work was the understanding that the sense of belonging and its strengthening are fundamentally given in community, from the relationship with a place where a subject's identity is recognized by others, and he also establishes recognition with the other members.

Key words: belonging; identity; recognition; place; bell hooks.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 COLONIALISMO E COLONIALIDADE: OS NÃO-LUGARES.....	14
3 TOPOGRAFIAS DO PERTENCIMENTO: LUGARES QUE NOS MOLDAM, LUGARES QUE NOS EXCLUEM.....	18
4 PERTENCIMENTO, IDENTIDADE E RECONHECIMENTO.....	28
5 HOOKS E A COMUNIDADE: UM LUGAR DE PERTENCIMENTO, RECONHECIMENTO E IDENTIDADE.....	37
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho inicia-se a partir das faltas que senti ao longo da vida: a falta de aceitação sobre quem sou, a ausência de identificação com grupos sociais tidos como norma em nossa sociedade e a carência de empatia, escuta, afeto, senso de coletividade, justiça e pertencimento. Essas faltas abriram caminho para estas reflexões e, talvez, de algum modo, para preencher tais lacunas.

Aparentemente, a sociedade contemporânea, marcada pelas consequências da colonização, tem cada vez mais deixado de lado valores que são essenciais para a construção ética. O individualismo promovido em nossa sociedade possibilitou-me sentir a falta de empatia, solidariedade, de senso de coletividade e de altruísmo. E, assim, noto que parece que temos deixado de lado esses valores que caracterizam a nossa espécie humana devido aos princípios que são defendidos e alimentados pela nossa sociedade. Por este caminho, noto que, possivelmente, um dos impactos da falta de valores atrelados à coletividade e à empatia, nos leva a ausência do sentimento de pertencimento; de sentir-se parte integrante do mundo.

Essa ausência de pertencimento, por sua vez, pode levar à perda de motivação para sonhar, pois, sem essa motivação podemos deixar de visualizar horizontes possíveis em nossas vidas e em nossa sociedade. Resgato aqui uma memória pessoal para exemplificar: quando não me enxerguei como parte do mundo, me senti perdida, sem orientação. Assim, deixei, em várias situações, de acreditar nas utopias que perpassam e possibilitam a minha existência. Sem acreditar que o futuro poderia ser diferente e melhor, havia me tornado uma pessoa sem sonhos, sem metas e objetivos bem traçados. Tornei-me uma pessoa perdida.

Diante do exposto, desenvolvi esta pesquisa para resgatar a atenção para o que é pertencimento, possibilitando um olhar diferente sob o tema, visto que percebo que o resgate do pertencimento pode ser realizado quando nos conectamos com a nossa ancestralidade, com aqueles que fazem parte da nossa história e que contribuíram para a formação da nossa identidade. Em razão disso, esta pesquisa tem por objetivo central a análise do conceito de pertencimento, em especial a partir da concepção do que é pertencimento para a filósofa estadunidense bell hooks¹ (1952-2021). A partir da autora,

¹ Seu nome é Glorian Jean Watkins, mas a autora utiliza o pseudônimo bell hooks em homenagem a sua avó. E, também, hooks posiciona-se politicamente por meio do uso das letras minúsculas, buscando romper com as normas academicistas e linguísticas. Além da busca em promover com este uso a atenção ao conteúdo de suas palavras, e não à sua pessoa. Esta pesquisa respeita a escolha da pensadora.

encontrei respaldo teórico para as angústias em torno do tema, reconhecendo, também, que o pertencimento pode ser gerado a partir das nossas raízes ancestrais e a partir da nossa conexão com a terra; com as nossas origens. hooks, mais uma vez em minha vida, concede ainda mais sentido a algumas ideias escondidas dentro de mim. Ademais, nesta pesquisa, também é explorado as definições dos conceitos de identidade, da relação entre pertencimento, identidade, reconhecimento e comunidade. E o impacto da colonização no senso de pertencimento dos indivíduos, principalmente daqueles que fazem parte de grupos minoritários², como mulheres, negros/as, pessoas LGBTQIAPN+ etc, a partir de embasamento teórico em diferentes autores e autoras.

Este trabalho também busca demonstrar a importância do senso de pertencimento para a construção de nossas vidas. Sem nos sentirmos pertencentes, ao que entendo, não nos autorizamos a construir metas, objetivos, sonhos e utopias. Não buscamos traçar caminhos, recomeçar e construir tudo aquilo que almejamos: desde a nossa vida até a busca pela construção de uma nova sociedade, aquela que sonhamos. Por fim, e não menos importante, esta pesquisa é também uma forma de homenagem a todos os meus ancestrais. A todos aqueles que me acompanharam e me acompanham de alguma maneira.

Para o desenvolvimento do que evidenciei, adotei a metodologia de revisão bibliográfica, tendo bell hooks como o centro de minha base teórica. Além disso, essa pesquisa possui um caráter interdisciplinar, visto que a filosofia nestas linhas estabelece um diálogo com a literatura, a sociologia e a psicanálise. Campos do conhecimento que contribuem substancialmente para a análise do tema em tela.

Além disso, adoto uma postura de escrita em primeira pessoa, pois resgato vivências e memórias pessoais, inspirada na escrita hooksiana. bell hooks buscou ao longo de suas obras, de seus trabalhos e de sua própria vida romper com normas academicistas e regras de escrita que distanciam, invisibilizam o texto de sua autoria ou tentam demonstrar uma — falsa — neutralidade. Por esse sentido, adoto essa postura para refletirmos a respeito dessas normas e para explicitar como o sujeito que escreve e pesquisa não se distancia de seu trabalho. Me parece também, toda vez que leio hooks, que sua escrita foi muito coerente com a sua ética. Sendo assim, também busco esta coerência a partir dessa postura de escrita que adoto: a coerência com o que vivi e escrevo. Talvez, é assim que também me pertenço.

² Não me refiro a termos estatísticos, mas a grupos sociais oprimidos; marginalizados.

Desse modo, inicialmente discuto a respeito do impacto do colonialismo na construção do senso de pertencimento, especialmente de pessoas que fazem parte de grupos minoritários. Além disso, analiso o conceito de pertencimento, tendo como base a definição da filósofa bell hooks, compreendendo-o em sua relação com a terra e com as nossas raízes ancestrais. Para isso, posicionei esse conceito em diálogo com os conceitos de identidade, reconhecimento e comunidade. Pois, quando estamos com os demais, em comunidade, principalmente nós, sujeitos que fazem parte de grupos marginalizados, as nossas identidades são reconhecidas e também reconhecemos os demais sujeitos. E, assim, o senso de pertencimento é fortalecido.

2 COLONIALISMO E COLONIALIDADE: OS NÃO LUGARES

Compreendo que os sistemas de dominação coloniais reverberam de diversas formas nos indivíduos e em especial nos grupos sociais minoritários como pessoas LGBTQIAPN+, negras, mulheres etc. Os conceitos coloniais de raça³ e diferença perpetuam discriminações, preconceitos e hierarquias sociais ainda vigentes. Em decorrência desses processos históricos de dominação colonial, uma mulher lésbica, por exemplo, é diferente, foge das normas sociais e, por isso, é alvo de preconceitos e deixada à margem da sociedade. Assim, a exclusão herdada do colonialismo — ainda presente no imaginário social — corrói o senso de pertencimento, especialmente em grupos minoritários. Ou seja, daqueles que estão à margem da sociedade, que sofrem ataques à dignidade, à vida e à própria existência. Por isso, posicionarei alguns conceitos importantes para refletirmos sobre o impacto do sistema colonial no senso de pertencimento de grupos marginalizados.

A autora Mariana Fonseca dos Anjos escreve que o termo decolonial é uma “[...] referência ao conjunto heterogêneo de contribuições teóricas e investigativas sobre as estruturas de dominação e exploração configuradas pelo poder colonial, também denominados estudos subalternos, pós-coloniais e contracoloniais” (Anjos, 2023, p. 52). Os estudos decoloniais possibilitam a nossa melhor compreensão a respeito das estruturas de dominação e exploração chamadas de colonialismo e colonialidade, as quais compreenderam a América Latina e África, por exemplo, como territórios eliminados da história mundial (Anjos, 2023).

Em razão disso, quando tratamos do assunto ‘pertencimento’, devemos compreender que “[...] os problemas no campo do pertencimento não estão referidos à diferença como entidade abstrata, mas a diferenças histórica e politicamente demarcadas pela lógica colonial” (Anjos, 2023, p. 54). Isto é, discutir o que é pertencimento, perpassa caminhos em torno da discussão sobre a lógica colonialista, pois implica nos povos colonizados. Visto que esses povos sofreram um impacto na sua construção da ideia de pertencimento em razão da colonização. E, na medida em que este fato histórico possibilitou inserir diversas ideias no imaginário social, como, por exemplo, o conceito de ‘raça’.

Desse modo, no capítulo intitulado *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, do livro *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*.

³ Refiro-me à categorização racial de grupos a partir do fenótipo e questões socioculturais.

Perspectivas latino-americanas (2005), Aníbal Quijano, pensador peruano decolonial, afirma que a estrutura colonizadora instituiu a ideia de 'raça' e, por consequência, a hierarquização de raças entre superiores e inferiores. E a América Latina, de acordo com o autor, também foi incluída neste novo padrão de poder. Desse modo, o continente latino-americano foi alvo de violências e exploração objetivando lucros. E o uso da categoria de raça foi importante para a validação do poder europeu.

Sendo assim, inclusive a ideia de modernidade foi veiculada como sendo propriedade europeia. Para Quijano, “[...] os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas” (2005, p. 122). A modernidade refere-se, por esse sentido, às ideias de novidade, do avançado, do racional etc. Porém, podemos compreender que a modernidade é possível em qualquer povo, em todas as épocas históricas (Quijano, 2005).

Além disso, a autora María Lugones, socióloga e professora argentina, também realiza estudos em torno do tema modernidade colonial, nos apontando importantes características deste sistema para a nossa discussão. Ela aponta que a modernidade colonial é caracterizada por hierarquias, categorias e dicotomias em que a dicotomização central é aquela entre o humano e o não humano. E de uma separação entre raças consideradas e reconhecidas como humanas: dos colonizadores; dos detentores de poder e, por outro lado, aquelas raças que não eram reconhecidas como humanas como as populações negras (Lugones, 2014).

Portanto, notamos que a estrutura da colonização sempre foi marcada por violência e dominação. O passado da América Latina, por esse sentido, é um exemplo real do processo colonizador. Além disso, uma dicotomia hierárquica realizada pela colonialidade é a estabelecida entre homens e mulheres (Lugones, 2014). Esta é chamada pela pensadora argentina como colonialidade do gênero. Por colonialidade, a autora explica:

Ao usar o termo 'colonialidade', minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e gênero, mas também é o processo de redução ativa das pessoas, da desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de subjetificação e a investida de tornar o(a) colonizado(a) menos que seres humanos (Lugones, 2014, p. 939).

Assim, Lugones aponta que a sua concepção de colonialidade de gênero consiste em uma análise a respeito da opressão de gênero racializada no sistema capitalista. Possibilitando, desse modo, ampliarmos as nossas concepções do que foi a

colonialidade e em quais grupos ela ressoou — também podemos ponderar que ainda ressoa — para além dos grupos principais escravizados como os povos indígenas e africanos (negros).

Ademais, para o pensador argentino Walter Mignolo (2017), o lado mais escuro da modernidade é a colonialidade. Percebo, a partir desta afirmação, a necessidade de ponderar o uso das palavras ‘mais escuro’, afinal, será que há um lado mais embranquecido, no qual haveria uma parte boa da colonialidade? Porém, não devemos deixar de compreender o que o autor almeja estabelecer a respeito da colonialidade com essa afirmação. Assim, Mignolo esclarece que o termo ‘colonialidade’ foi primeiro cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990. E que a colonialidade constitui a modernidade, e que não há modernidades globais sem colonialidades globais. Deste modo, o pensador argentino afirma que:

[...] a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’” (Mignolo, 2017, p. 2).

A modernidade precisa ser compreendida a partir de suas glórias, mas também por seus crimes (Mignolo, 2017). Sendo assim, para ele, esta conceitualização possui duas faces. Ele aborda que “[...] por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis” (Mignolo, 2017, p. 4). Nesse contexto, compreende-se que a colonização ocorreu de modo duplo: foi uma colonização do tempo e do espaço (Mignolo, 2017).

A partir da colonização do tempo inventou-se as ideias de idade média, renascimento, modernidade, demonstrando, dessa maneira, que os momentos históricos (idade antiga, idade média, modernidade) são concepções inventadas, refletem a história temporal produzida pelo colonizador. E a colonização do espaço deu-se a partir da conquista dos territórios e povos. Isto é, Mignolo aponta que no processo de colonização, os espaços geográficos, sofreram mudanças ou novos arranjos sob a ótica de uma lógica de dominação e exploração. Ademais, o pensador argentino aponta baseado nas elaborações de Quijano, que a matriz colonial de poder formulado pelo pensador peruano, foi descrita a partir de quatro domínios inter-relacionados: o controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade (Mignolo,

2017). E estas quatro cabeças, nas palavras de Mignolo, são sustentadas por duas “pernas”: o fundamento racial e patriarcal do conhecimento (Mignolo, 2017).

Nessa perspectiva, a respeito da dimensão colonizadora associada ao conhecimento ou à mente humana, apesar de não ter elaborado análises e reflexões aprofundadas, hooks indica em seu livro *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática* (2020), que nos Estados Unidos também houve uma colonização da mente, que incluiu na mentalidade de diferentes povos a concepção de que a história começou não a partir desses povos, mas a partir daqueles que colonizaram. Nas palavras da autora:

Não por acaso, nos Estados Unidos, pessoas negras progressistas falavam mais sobre a colonização da mente; sobre como, para os povos originários, para pessoas negras, pardas e amarelas, essa colonização se iniciava com o pressuposto de que nossa história aqui começou com a presença civilizadora do colonizador (hooks, 2020, p. 57).

Assim, hooks elaborou algumas ponderações sobre a descolonização, apontando-o como um importante caminho de luta contra os sistemas de opressão. Ainda nessa mesma obra citada anteriormente, hooks reservou o capítulo 4, intitulado *Descolonização*, para apontar algumas reflexões em torno do tema. Por exemplo, quando critica uma ideia comum que é ensinada nas escolas de que Colombo foi o responsável pelo “descobrimento” da América, afirmação da qual nega a presença de povos indígenas neste território antes da chegada dos colonizadores. E ainda menciona (hooks, 2020) como alguns pensadores como Albert Memmi, Walter Rodney e Frantz Fanon contribuíram como importantes figuras de um pensamento descolonial e libertário. Para ela, “era incrivelmente libertador superar noções de preconceitos e ódios pessoais para examinar sistemas de dominação e perceber como eram interdependentes” (hooks, 2020, p. 55). Demonstrando, desse modo, a maneira importante como enxergava o desenvolvimento de contribuições na área descolonial como uma forma de combate, e de promoção da liberdade, diante dos sistemas de opressão, como o racismo, o sexismo etc.

Ademais, sobre o conceito de liberdade, hooks defende que “[...] seríamos todos muito bem-sucedidos em nossas lutas para acabar com o racismo, machismo e exploração de classe se tivéssemos aprendido que a liberdade é um processo contínuo” (hooks, 2020, p. 57). Dessa forma, a liberdade é reconhecida, para a pensadora, a partir do processo de descolonização, permitindo que constantemente as pessoas que fazem parte de grupos minoritários possam descolonizar-se das amarras colonizadoras.

Além disso, apesar de também não desenvolver análises profundas sobre o tema colonialismo, e não identificar a relação entre colonialismo e pertencimento, hooks

expõe em vários momentos em *Pertencimento: uma cultura do lugar* (2022) a dificuldade que teve em se sentir pertencente ao seu estado natal, o Kentucky, devido ao racismo que habitava o imaginário das pessoas. A pensadora relata, por exemplo, como na sua busca por um lugar de pertencimento, depois de ter saído do Kentucky, quis mudar o modo como falava para ser aceita nos lugares onde estava. Ou seja, hooks tentou desviar-se inclusive de sua identidade para se sentir parte de um lugar; para se sentir pertencente. Revelando assim, como pessoas que fazem parte de grupos minoritários, podem ter o seu senso de pertencimento diminuído ou até mesmo aniquilado, devido ao plano de fundo colonialista.

Dessa maneira, podemos notar que o sistema de colonização foi complexo, adotou diferentes faces, desempenhando papéis no modo como enxergamos populações, povos, indivíduos, culturas e conhecimentos diferentes. E, ainda, podemos ponderar o impacto deste em relação ao tema pertencimento. Como podemos compreender que as populações durante os regimes coloniais e, atualmente, os grupos minoritários, conseguem estabelecer um senso de pertencimento real se o imaginário social nos pensa via exclusão? Como existir reconhecendo-se como parte integrante do mundo?

3 TOPOGRAFIAS DO PERTENCIMENTO: LUGARES QUE NOS MOLDAM, LUGARES QUE NOS EXCLUEM

O senso de pertencimento é um assunto, como aponta o professor Róbson Ramos dos Reis, que diversas áreas trataram, como, por exemplo, a educação, a psicologia, a identidade cultural e étnica, entre outras. E, para além disso, é um tema complexo, em que não há um consenso sobre o significado de 'senso de pertencimento'. Isto é, na literatura, percebemos que existem diferentes variantes de significados sobre o que é pertencimento. Porém, o autor indica que o senso de pertencimento tem sido caracterizado como uma experiência subjetiva, como um sentimento. Como, a exemplificar, a noção de morar (Reis, 2023). Em suas palavras, "na fenomenologia clássica a experiência de pertencer ao mundo foi concebida por meio da metáfora do morar" (Reis, 2023, p. 255). Isto é melhor compreendido a partir da noção do autor de que uma definição nominal de pertencimento é a sua sustentação com um referente externo,

como, por exemplo, uma escola, um lugar, uma história etc. Por isso, o senso de pertencimento ao mundo é relacional; está compreendido na relação de pertencimento de alguém a um referente externo (Reis, 2023). Podemos, assim, nos sentir pertencentes a algum lugar, como, por exemplo, uma casa, uma escola etc.

bell hooks, na obra *Pertencimento: uma cultura do lugar* (2022), resgata em diversos momentos do livro, memórias do Kentucky, o seu estado natal, associando este lugar ao seu pertencimento. Mas houve alguns conflitos que hooks teve devido ao racismo que permeava esta sociedade. Os autores Ernani Silverio Hermes e Denise Almeida Silva indicam (2019) que hooks desejava o pertencimento desde a sua infância. E o Kentucky se tornou um lugar de pertencimento em várias ocasiões, porém as montanhas do estado natal de hooks não a protegia do racismo que se manifestava e, por consequência, a filósofa não se sentia pertencente (Hermes; Silva, 2019). Assim, hooks sai em busca de uma morada, de um local de pertencimento e, também, de identificação:

As experiências de busca por pertencimento - e identidade - não são bem sucedidas, o que a faz voltar ao Kentucky. Então, de volta a sua terra natal, volta a sentir o acolhimento que sentira na infância. Novamente está no local de suas lembranças (Hermes; Silva, 2019, p. 125).

Dessa maneira, noto que a ancestralidade de hooks baseia-se nas terras do Kentucky. E sua compreensão de quais são as suas raízes advém deste lugar. Ela demonstra que neste estado conseguiu perceber e conhecer indivíduos negros que conseguiram estabelecer uma cultura contradominante a partir da relação que tinham com a terra e a sua ancestralidade. De acordo com as suas palavras, ela escreve que “[...] indivíduos negros e brancos do Kentucky conseguiram criar uma subcultura, geralmente em vales, colinas e montanhas, governada por crenças e valores contrários aos da cultura dominante” (hooks, 2022, p. 47).

Assim, as pessoas negras sempre foram pessoas da terra (hooks, 2022). A autora relata como várias pessoas negras do sul rural dos Estados Unidos mudaram-se para o norte, uma região industrializada, e entraram em estado depressivo e tornaram-se niilistas. Pois no norte não havia tempo para a contemplação e nem para a natureza.

Além disso, remonto novamente à colonização e uma de suas consequências entendida como colonialidade que se estabelece a partir de estruturas de violência, opressão e dominação como o sexismo, machismo e racismo. Estas estruturas criam a falta de senso de pertencimento entre vários indivíduos que fazem parte de grupos sociais marginalizados em nossa sociedade, como as mulheres, pessoas negras e

LGBTQIAPN+. Visto que em nossa sociedade as estruturas de poder como o sexismo, machismo etc., impactam e causam a falta do nosso senso de pertencimento (hooks, 2022). No entanto, para hooks, as perspectivas ancestrais, conectadas à terra, com o meio ambiente e estéticas opositoras permitem o estabelecimento do nosso senso de identificação. E, por consequência, de pertencimento. Além disso, apenas a partir da coletividade é possível resgatar os hábitos ancestrais, permitindo o pertencimento, chamado também por ela como 'cultura do lugar' (hooks, 2022).

Penso que pertencimento, dessa maneira, não é apenas um 'lugar', em seu sentido geográfico, mas é também um lugar simbólico, que carrega em si um senso de identificação. Pois a nossa identidade é reconhecida, assim como reconhecemos os demais. É também um lugar de acolhimento, amor, união, de semelhança e de comunidade. É nesse 'lugar' que, por vezes, podemos sentir que nos encontramos e que estamos seguros. Sendo assim, percebo que atualmente, temos deixado estes valores de lado nos localizando em um campo de afastamento aos ideais coletivos e que remontam às outras pessoas que fazem parte da nossa história.

Para mais amplamente compreender a discussão em tela, recorro às contribuições na área da sociologia. A autora Mariana Fonseca dos Anjos (2023), defende que há, na sociedade moderna, uma compreensão de que os sujeitos não precisam fazer parte da sociedade. O indivíduo é compreendido como um "ser moral independente, autônomo e, por consequência, essencialmente não social" (*apud* Anjos, 2023, p. 99). Por esse caminho, os seres humanos são atrelados a uma individualidade que não necessita dos demais ou de fazer parte de um grupo. Pois "na composição das individualidades modernas, as fronteiras parecem alcançar valor determinante, o indivíduo se afirmando como categoria isolada, de valor supremo e em franco antagonismo com a sociedade" (Anjos, 2023, p. 100). A vida social, no entanto, tem uma dimensão importante na qualidade da experiência psíquica (Anjos, 2023). Ou seja, estamos atrelados de algum modo aos demais, o que favorece inclusive a nossa saúde mental.

Ademais do exposto, o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman, pondera em seu livro *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual* (2003) o que é 'comunidade'. Em um primeiro momento, logo no início de seu escrito, o pensador chama a nossa atenção para a relação da palavra 'comunidade' com as sensações que esta palavra guarda em si. Pois algumas palavras não apenas possuem o seu significado, mas também preservam sensações:

As palavras têm significado: algumas delas, porém, guardam sensações. A palavra “comunidade” é uma dessas. Ela sugere uma coisa boa: o que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade”, “estar numa comunidade”. Se alguém se afasta do caminho certo, frequentemente explicamos sua conduta reprovável dizendo que “anda em má companhia” [...]. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a comunidade. Comunidade, sentimos, é sempre uma coisa boa (Bauman, 2003, p. 7).

Sendo assim, em um primeiro momento, em um sentido até mesmo utópico, Bauman expõe como o conceito de ‘comunidade’ é sentido como um lugar confortável, cálido e aconchegante. Pois em uma comunidade podemos confiar no que ouvimos, conseguimos nos entender, e estamos seguros na maior parte do tempo (Bauman, 2003). Em um ambiente assim, para o pensador, pode haver discussões, porém elas são amigáveis. E as pessoas vivem ajudando as demais. Em vista disso, em uma comunidade “[...] podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé outra vez” (Bauman, 2003, p. 8). Dessa maneira, essa palavra evoca as nossas faltas e a necessidade que temos enquanto humanos de nos sentirmos seguros e confiantes. Assim, ‘comunidade’ ressoa em um momento inicial dessa obra, como uma utopia, na medida em que “[...] é o tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance - mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (Bauman, 2003, p. 9). Para ele, a comunidade é um paraíso perdido ou um paraíso ainda esperado.

No entanto, de acordo com o pensamento de Bauman, existe um preço a ser pago por viver em comunidade, esse preço é “[...] pago pela forma de liberdade, também chamada de “autonomia”, “direito à auto-afirmação” e ‘identidade”” (Bauman, 2003, p. 10). Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. O autor nos demonstra este aspecto quando aponta que a individualização é uma característica inerente à modernidade, uma vez que “os bens trocados no curso da individualização eram a segurança e a liberdade: a liberdade era oferecida em troca da segurança” (Bauman, 2003, p. 26). Liberdade, nesse caso, é a capacidade de realizar determinadas atividades, da maneira como queremos, sem que ninguém resista ao resultado ou o desfaça (Bauman, 2003).

Dessa maneira, percebemos que viver em comunidade, para o autor, possui diferentes facetas. Ainda, seguindo essa argumentação, o filósofo assinala o caso da Revolução Industrial: os trabalhadores (indivíduos) foram transferidos em uma massa. Eles não usavam mais vestimentas sustentadas por hábitos comunitários. Desse modo, Bauman compreende que nesse momento a guerra contra a comunidade foi declarada. E

demonstra que a consequência dessa guerra “[...] foi o oposto do objetivo declarado: a destruição dos poderes de fixar padrões e papéis da comunidade de tal forma que as unidades humanas privadas de sua individualidade pudessem ser condensadas na massa trabalhadora” (Bauman, 2003, p. 30).

Além disso, o desmantelamento da moldura social de trabalho e sobrevivência que ocorreu na modernidade não “[...] dura o suficiente para ser absorvido, tornar-se familiar e transformar-se no que as pessoas ávidas de comunidade e lar procuravam e esperavam” (Bauman, 2003, p. 46). Não há mais por exemplo carteiros, sabendo os nomes das pessoas ou empregos considerados permanentes, estáveis (Bauman, 2003). Uma criança pode ter várias casas, como aquelas em que se passa uma temporada, como as casas de praia. Ou seja, “nenhum deles se parece com o verdadeiro “e único” lar” (Bauman, 2003, p. 47). Revelando assim, o caráter líquido, transitório, rápido e com a ausência de segurança que permeia a sociedade moderna.

Bauman aponta também alguns supostos fundamentos epistemológicos da experiência de comunidade: a suposição de que a sociedade tem uma longa memória, de que o que fazemos aos outros tem consequências longas, e não apenas episódicas. Para ele, os seres humanos não se sentem em comunidade “[...] a menos que seja “bem tecido” de biografias compartilhadas ao longo de uma história duradoura e uma expectativa mais longa de interação frequente e intensa” (Bauman, 2003, p. 48). A decadência, desaparecimento ou eclipse da comunidade é a ausência disso tudo (Bauman, 2003).

O pensador, além disso, aponta como a elite cosmopolita global passa a maior parte do tempo de vida em uma zona livre de comunidade:

Os poderosos e bem-sucedidos podem dispensar com facilidade a visão meritocrática do mundo sem afetar seriamente o fundamento social do privilégio que prezam e do qual não têm intenção de abrir mão. E enquanto essa visão de mundo for mantida e considerada o cânone da virtude pública, o princípio comunitário do compartilhamento não pode ser aceito (Bauman, 2003, p. 57).

Liberdade e comunidade podem entrar em conflito, mas na falta de uma ou de outra, a vida não é satisfatória (Bauman, 2003). A elite global, para Bauman, sente falta de fazer parte de algo, em razão da segurança que a comunidade pode conferir. Duas autoridades que conferem segurança aos juízos que pronunciam em suas ações: das pessoas “que sabem” e a autoridade do número, “[...] na suposição de que quanto maior o número menor a chance de que estejam errados” (Bauman, 2003, p. 61). Esse segundo possibilita-os sonhar com a comunidade:

Essa comunidade dos sonhos é uma extrapolação das lutas pela identidade que povoam suas vidas. É uma “comunidade” de semelhantes na mente e no comportamento; uma comunidade do mesmo que, quando projetada na tela da conduta amplamente replicada/copiada parece dotar a identidade individualmente escolhida de fundamentos sólidos que as pessoas que escolhem de outra maneira não acreditariam que possuísem (Bauman, 2003, p. 61).

Assim, notamos que Bauman estabelece duas concepções de comunidade: uma estética e uma ética. Aquela fundamentada em ídolos é denominada como comunidade estética. Pois, para ele, os ídolos possibilitam a experiência da comunidade sem uma comunidade real, promovem uma alegria em fazer parte de algo, mas sem assumir compromissos. As comunidades que se tornam ao redor dos ídolos possuem um caráter líquido, pois são comunidades prontas para o consumo imediato e sempre descartam aquilo que utilizam (Bauman, 2003). Por outro lado, uma comunidade ética, para Bauman envolve solidez, permanência em alguns aspectos, e compromissos. Ela teria

[...] compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações inabaláveis, que, graças à sua durabilidade prevista (melhor ainda institucionalmente garantida) pudessem ser tratadas como variável dado no planejamento e nos projetos de futuro [...]. A comunidade é muitas vezes vista como uma garantia de certeza, segurança e proteção (Bauman, 2003, p. 68).

Ainda, a autora Mariana Fonseca dos Anjos (2023), escreve em várias ocasiões de seu escrito a respeito da relação entre pertencimento e comunidade. Anjos indica, baseando-se na filósofa Hannah Arendt, que “[...] o pertencimento a uma comunidade e não à espécie humana, condiciona as possibilidades de exercício cidadão e o acesso aos direitos fundamentais à vida” (Anjos, 2023, p. 47). Sendo assim, podemos compreender que pessoas refugiadas, por exemplo, são destituídas de seus direitos, devido a sua falta de pertencimento. Pertencer envolve uma dimensão jurídica, legal e de direitos (Anjos, 2023). Uma pessoa sem acesso aos seus direitos, ao campo jurídico, não consegue pertencer integralmente ao campo social, e serem reconhecidas como cidadãos. Isto é, estão condicionadas a um ‘não-lugar’. Deste modo, os sem-Estado revelam as novas divisões do mundo: por um lado, os “assimiláveis” ao espaço interno do Estado-Nação, aqueles que possuem acesso aos direitos humanos e cidadãos. Por outro lado, aqueles sem pertencimento a um lugar social e sem direitos (Anjos, 2023). Essas situações geram, por consequência, processos de desumanização de sujeitos. Como escreve Anjos:

Essa negação da existência social é acompanhada por um processo de desumanização, já que a condição humana depende da inscrição social sem a qual perde-se não apenas o acesso a direitos fundamentais à sustentação da vida, como também um lugar de agência e participação na construção de leis [...] (Anjos, 2023, p. 49).

A perda do senso de pertencimento em nossa atual sociedade também pode ser analisada a partir do que Dionei Mathias aponta (Mathias, 2023): que nas sociedades tradicionais havia uma estabilidade em relação aos papéis sociais dos sujeitos. Por esse caminho, haviam regras estáveis de pertencimento. Contudo, nas sociedades pós-modernas esta estabilidade não existe. Os papéis sociais e o pertencimento são marcados por instabilidades. Nesse sentido, aqueles grupos sociais que se enquadram nas normas da classe dominante sentem mais o pertencimento. Por outro ângulo, aqueles que desviam dessas normas, sentem menos o pertencimento (Mathias, 2023).

É possível perceber essa relação de modo mais claro a partir do que Mathias indica a respeito do corpo e seu papel de mediador do pertencimento. Nas diversas culturas, de acordo com o autor, o corpo de um sujeito é reconhecido, inserindo este corpo em uma série de relações, coordenando, deste modo, as ações deste corpo em uma determinada cultura (Mathias, 2023). Podemos associar isto ao exemplo de um corpo feminino: se o corpo de uma mulher foge às normas sociais estabelecidas pela cultura dominante, esta figura pode ser questionada se ela de fato é uma mulher. Sendo assim, se esse corpo, segue às regras de gestão corporal, ele recebe reconhecimento e o senso de pertencimento.

Ademais, o pertencimento pode ser analisado sob o olhar atento da psicanálise que demonstra a importância e o papel fundamental do senso de pertencimento na existência humana. Para isso, nos serve de início desta discussão, a compreensão das autoras Mariana da Fonseca Anjos e Marta Rezende Cardoso, no artigo *Da exclusão social ao desalento: um olhar decolonial* (2023). De acordo com Anjos e Cardoso (2023), o pertencimento não apenas relaciona-se com os sujeitos, mas também constitui as pessoas. Ainda, está relacionado à renúncia ao exercício ilimitado da força bruta sobre o outro (Anjos; Cardoso, 2023). Anjos, em sua tese de doutorado nos evidencia que:

O pertencimento ao grupo evidencia-se como importante sustentáculo da experiência narcísica do sujeito, compreendendo uma aposta coletiva, na possibilidade de ele dar continuidade através de sua marca singular, a algo que lhe transcende e que diz respeito a um conjunto de símbolos, leis e imagens partilhadas (Anjos; 2023, p. 113).

Além disso, Mizrahi indica (2017), utilizando também referências da psicanálise, como as experiências subjetivas contemporâneas são permeadas de fragilidades que permitem que os sujeitos não sintam que são pertencentes e integrantes ao mundo. Ela escreve que:

[...] a fragilidade dos vínculos e das relações - sejam vínculos de trabalho, de assistência, de comunidade, de relacionamento amoroso, de família, amizade - produzindo um sentimento recorrente de não pertencimento e solidão se desdobra com frequência em quadros depressivos de maior ou menor gravidade [...] (Mizrahi, 2017, p. 13).

Assim sendo, a falta de pertencimento implica, necessariamente, na saúde mental dos indivíduos. E essa ausência do senso de pertencimento é implicada devido ao modelo neoliberal (Mizrahi, 2017). Este modelo introduziu, de acordo com Mizrahi, a competitividade econômica como orientadora das relações e demais aspectos da vida. Por consequência, a competitividade gera a precarização do trabalho para os trabalhadores e suas famílias. Deste modo, “pessoas que, tendo que se adaptar aos caprichos do mercado flexível, ocupam trabalhos inconstantes, desprovidos de memória e reconhecimento social, sentindo-se inseguros quanto ao seu lugar no mundo” (Mizrahi, 2017, p. 15). E esse problema agrava-se quando a flexibilidade da mudança e a instabilidade passa à esfera familiar e aos relacionamentos amorosos. A psicanálise, diante disso, pode servir, de acordo com a autora, como orientadora devido a esse contexto histórico-social que vivemos, pois pode possibilitar o resgate das nossas relações com os demais, permitindo, assim, o nosso aumento do senso de pertencimento ao mundo. Em especial, a partir do pensamento de psicanalistas como Heinz Kohut ou Donald Woods Winnicott (Mizrahi, 2017).

Mizrahi indica também o pensamento do psicanalista Sigmund Freud como permeado pelo conflito entre indivíduo e cultura, visto que, “[...] como o sujeito carregaria impulsos antissociais primários, sua inclusão social seria sempre periclitante porque depende de um controle precário do ego sobre forças internas que ameaçam a sua vida de relação” (Mizrahi, 2017, p. 19). Kohut e Winnicott, por outra perspectiva, sustentam a concepção de que o pertencimento é uma base necessária para sustentar a subjetividade (Mizrahi, 2017). Além disso, Kohut deu destaque à infância como um momento fundamental para a constituição do *self*, ou seja, do ‘eu’. Isto é, precisamos das relações com os nossos cuidadores para estabelecermos, inclusive, um narcisismo saudável (Mizrahi, 2017). Esse tipo de narcisismo consiste em uma relação com o eu

saudável, apartado de exibicionismos e de grandiosidades sobre si mesmo (Azevedo; Neto, 2018). Similarmente, Winnicott conceitua uma importante formulação de sua teoria que é a ‘experiência transicional’, que serve como uma ponte entre o *self* e o mundo. Mizrahi escreve que “[...] a transicionalidade é sempre uma questão de relação com o outro [...]” (2017, p. 22). Esta ideia aparece de início no uso dos primeiros objetos que um bebê é apegado e, ao longo de seu crescimento, mais tarde, aparece nas brincadeiras, artes e outras manifestações culturais (Mizrahi, 2017).

Para além disso, podemos recorrer à literatura para a reflexão a respeito do tema pertencimento. A professora Celeste Ribeiro de Souza escreve em *Pertencimento/não pertencimento Franz Kafka: um exemplo a ser lembrado* (2021) sobre o respectivo tema resgatando fatos biográficos do escritor Franz Kafka e de alguns exemplos de suas obras. Para isso, como ponto de partida, ela esclarece que “o sentimento de “pertencimento”, assim, carrega consigo acolhimento, oferece identidade coletiva, reforça o eu individual e o equilíbrio psíquico” (Souza, 2021, p. 64). Desta forma, o não pertencimento, por outro ângulo, proporciona exclusão, rejeição, isolamento, sentimento de desenraizamento que prejudicaria a formação do nosso próprio ego (Souza, 2021). Em função disso, Souza indica a necessidade de equilíbrio entre o amor próprio, sendo considerado um bem-estar individual, e o bem-estar coletivo para o alcance do pertencimento. Isto é, para pertencermos a um grupo (uma sociedade, por exemplo), precisamos saber ou buscar aprender a administrar e a desfrutar de bem-estar individual e coletivo (Souza, 2021).

Assim, a autora apresenta como o escritor Franz Kafka teve uma experiência de vida entrelaçada com a sua obra. Muitos dos seus escritos poéticos nasceram a partir dos seus diários. E o problema do pertencimento tornou-se recorrente tanto em sua vida quanto em suas obras. Em sua vida, especialmente, devido ao seu pai “[...] uma figura corpulenta e de forte personalidade, era um homem ambicioso e esperava, conforme a cultura e os costumes da época, um herdeiro igualmente varonil” (Souza, 2021, p. 67). No entanto, Kafka tornou-se uma figura extremamente sensível, para a frustração de seu pai.

Ademais, a autora assinala (Souza, 2021) dois principais motivos da pouca atenção que Kafka recebeu de seus pais: primeiro, pois não reconheciam a sensibilidade de seu filho, e segundo, porque ambos trabalhavam em uma loja que consumia muito o tempo dos dois. E essas experiências de abandono de seus pais acompanhou o menino Kafka até a sua fase adulta, permitindo sentir uma falta de

pertencimento (Souza, 2021). Ainda, a sua própria experiência enquanto escritor foi atravessada pela falta do pertencimento. Em vários momentos, Kafka considerou as suas obras como “brincadeiras” ou “garatujas” (Souza, 2021), revelando uma falta de valor que percebia em suas obras e, ao que parece, inclusive uma falta de pertencimento ao que escrevia. Por esse caminho, a professora Souza o resume:

Franz Kafka, um judeu, vive e convive num país cristão, torna-se um escritor dentro de uma família hostil às artes e escreve em alemão culto na Praga checa. Kafka é um exemplo acabado do homem da modernidade: o sujeito sem um eu integrado, o indivíduo de eu fragmentado (2021, p. 70).

Para além de sua vida, quando analisamos algumas obras de Kafka encontramos também o pertencimento, de alguma maneira, fazendo parte da narrativa. Souza aponta, por exemplo, como a obra *O Processo*, publicada em 1925, pelo autor, é uma comprovação disto, pois “Josef K. acreditava viver num “Estado de Direito”, ou seja, vivia fora da realidade [...]” (Souza, 2021, p. 71). De repente, vê-se um fora da lei, mas de uma lei desconhecida, condenado a não mais pertencer à sociedade. Também encontramos este tema em *A Metamorfose*, escrita em 1912, e publicada em 1915, onde “[...] o sentimento de não “pertencimento” à família, ao emprego, à comunidade, ganha a forma alegórica extremada de um inseto” (Souza, 2021, p. 72). Porém, Kafka não apresentou resoluções ao não pertencimento.

Para mais, o escritor brasileiro Jeferson Tenório, em seu livro *De onde eles vêm* (2024), retrata a respeito de Joaquim, personagem que acessou à universidade pública a partir da lei de cotas raciais. Seu livro nos convida à reflexão sobre a implementação desta lei, sobre o racismo, preconceito e exclusão. E, particularmente, ao final da obra, recebemos uma reflexão do personagem Joaquim sobre o tema pertencimento. Em um momento de desalento, falta de esperança, após a morte de sua avó e o término de um relacionamento, a literatura ressoa para o personagem como um lugar de pertencimento. Lembro-me bem, em momentos de desencanto com a vida e de falta de me sentir pertencente, de que as obras literárias que tive acesso serviram de consolo, acalento e afago, assim como vivenciado por Joaquim.

Dessa maneira, conseguimos encontrar diferentes definições e reflexões em torno do conceito de pertencimento, revelando as multifaces que esta conceitualização pode adquirir. Mas, possivelmente, ainda uma das definições que mais se destacam ainda seja o pertencimento associado ao ‘morar’, a um lugar. Como aquele apontado por bell hooks no livro *Pertencimento: uma cultura do lugar* (2022), em que um

determinado local, neste caso o estado do Kentucky, era associado ao seu pertencer. E também podemos perceber que o pertencimento está atrelado a noções de identidade e reconhecimento. Pois aquilo que nos pertence consegue nos possibilitar identificação, e quando somos reconhecidos, e reconhecemos a presença e existência dos demais, conseguimos ainda mais fortalecer esse sentimento em nós. Por este caminho, na seção seguinte discutirei o entrelaçamento entre os conceitos de pertencimento, identidade e reconhecimento.

4 PERTENCIMENTO, IDENTIDADE E RECONHECIMENTO

Para iniciar a discussão e percebermos a relação entre os conceitos de pertencimento, identidade e reconhecimento, proponho refletirmos sobre a identidade a partir do que a socióloga Kathryn Woodward discorre no seu capítulo *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*, no livro *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (Silva; Hall; Woodward, 2014).

Inicialmente, ela relata em sua análise a respeito de uma história em que dois povos são claramente identificáveis: os sérvios e os croatas. A história que ela narra brevemente revela, de acordo com a autora (Silva; Hall; Woodward, 2014), que a identidade é relacional. Pois, “a identidade sérvia depende, para existir, de algo fora dela: a saber de outra identidade (croácia), de uma identidade que ela não é, que difere da identidade sérvia, mas que, entretanto, fornece as condições para que ela exista” (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 9). Sendo assim, a autora indica que a identidade, sendo relacional, também possui o marcador da diferença. E que existem problemas em torno dessa marcação da diferença: um deles é a negação de similaridades entre estes dois grupos e uma exclusão, pois se uma pessoa é sérvia, ela não pode ser croata, e vice-versa. Além disso, a autora compreende que a identidade também é marcada por meio de símbolos, visto que nós associamos a identidade de uma pessoa às coisas que ela utiliza (Silva; Hall; Woodward, 2014). Podemos pensar a associação que fazemos em torno do uso do cigarro por homens, ou de determinadas vestimentas, associando-as a determinadas identidades, como a feminina (uso do vestido, por exemplo).

Woodward mostra também como existem perspectivas essencialistas e não essencialistas sobre identidade. Ainda se baseando na história envolvendo os sérvios e os croatas, ela escreve:

Uma definição essencialista da identidade “sérvia” sugeriria que existe um conjunto cristalino, autêntico, de características que todos os sérvios partilham e que não se altera ao longo do tempo. Uma definição não essencialista focalizaria as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas, tanto entre os próprios sérvios quanto entre os sérvios e outros grupos étnicos. (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 12).

Ademais, a socióloga aponta em seu capítulo uma relação entre identidade e representação, em que defende que “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 18). A ideia de representação aqui é compreendida como um processo cultural, que consegue estabelecer identidades individuais e coletivas. E os sistemas de símbolos nos quais ela se baseia fornecem algumas possibilidades de respostas às questões: quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu busco ser? (Silva; Hall; Woodward, 2014).

Ainda, Woodward analisa que a identidade e uma crise da identidade parecem ser vistas, por pesquisadores, como características das sociedades contemporâneas ou da modernidade tardia. E um dos fatores de maior impacto para o desenvolvimento dessa crise, é o processo de globalização, na medida em que ele funciona como um fenômeno transformador. Para a autora, “a globalização envolve uma interação entre fatores econômicos e culturais, causando mudanças nos padrões de produção e consumo, as quais, por sua vez, produzem identidades novas e globalizadas” (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 21). A imigração, possibilitando a dispersão dos povos ao redor do globo, tem um importante impacto no tema identidade, pois produz identidades localizadas em diferentes lugares e que podem ser moldadas (Silva; Hall; Woodward, 2014).

A autora também menciona Kobena Mercer para reafirmar que “[...] as identidades estão em crise porque as estruturas tradicionais de pertencimento, baseadas nas relações de classe, no partido e na nação-estado, têm sido questionadas” (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 37). E acrescenta uma relação entre identidade, pertencimento e reconhecimento:

No Reino Unido, os movimentos nacionalistas têm lutado para afirmar sua identidade por meio da reivindicação de sua própria língua, como, por exemplo, no caso do Playd Cymry, no país de Gales. Ao mesmo tempo que há a reafirmação

de uma nova “identidade europeia”, por meio do pertencimento à União Europeia, travam-se lutas pelo reconhecimento de identidade étnicas no interior dos antigos estados-nação, tais como a antiga Iugoslávia (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 24).

As identidades também possuem a sua relação com a história, na medida em que quando afirmamos uma identidade, podemos buscar legitimá-la por referência a um suposto passado (Silva; Hall; Woodward, 2014). Afirmação na qual nos possibilita a compreensão, defendida por Woodward, do impacto das mudanças sociais em relação às identidades. Podemos considerar diferentes identidades em diferentes situações: uma reunião de pais na escola, uma entrevista de emprego etc. Pois podemos nos sentir nestes momentos as mesmas pessoas, embora “[...] na verdade, diferentemente, posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações [...]” (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 31). Desse modo, nossas identidades são representadas de formas diferentes em cada uma dessas ocasiões.

Por esse sentido, a autora entende que as mudanças nos padrões sociais têm mudado identidades como de homens, mulheres, pais, trabalhadores, entre outras. Além disso, a autora também indica que as identidades sexuais têm passado por um processo de transformação, “[...] tornando-se mais questionadas e ambíguas, sugerindo mudanças e fragmentações que podem ser descritas em termos de uma crise de identidade” (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 32). Um exemplo de conflito de identidade utilizado neste texto, é o da escritora Audre Lorde, pois independente de qual identidade Lorde busque afirmar, por exemplo, como mãe, negra, lésbica “[...] sua escolha é constrangida pelos discursos dominantes sobre a heterossexualidade e pela hostilidade frequentemente vivida por mães lésbicas” (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 33).

Sendo assim, para a socióloga, os movimentos sociais que emergiram no Ocidente nos anos 60, como o feminismo, o movimento negro, LGBTQIAPN+, etc, são marcados por lutas e discussões em torno da identidade: sobre o que ela significa, como é produzida e como é contestada. Estes movimentos, por um lado, celebram a singularidade do grupo e realizam afirmações essencialistas sobre o que é identidade. Pois “ela pode envolver apelos a características biologicamente dadas da identidade como, por exemplo, a afirmação de que o papel biológico das mulheres como mães as torna inerentemente mais altruístas e pacíficas” (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 35). E, por outro ângulo, alguns destes novos movimentos sociais, inclusive o movimento das mulheres, têm associado à identidade a um caráter não essencialista. Alguns deles têm apontado, por exemplo, que as identidades não são essencialmente fixas, mas fluídas.

Dessa maneira, esses movimentos discutem identidades que não têm sido reconhecidas (Silva; Hall; Woodward, 2014). Além disso, de acordo com o pensamento de Woodward, muitos destes movimentos sociais têm adotado a concepção de diferenças a partir de oposições binárias:

A diferença pode ser construída negativamente - por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma e celebrar a diferença (afirmando, por exemplo, que “sou feliz em ser gay”) (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 51).

Sendo assim, a marcação da diferença ocorre por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social (Silva; Hall; Woodward, 2014). Estas formas de diferença (a simbólica e a social) são, em partes, estabelecidas a partir de sistemas classificatórios, pois:

Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características em ao menos dois grupos opostos - nós/eles, (por exemplo, sérvios e croatas; eu/outro) (Silva; Hall; Woodward, 2014, p. 40).

Ainda sobre o tema identidade, o sociólogo britânico jamaicano Stuart Hall compreende, em seu livro *A identidade cultural da pós-modernidade* (2003), que a identidade não é mais entendida atualmente, tal qual no período iluminista, como unificada, fixa e estável. Mas, sim, que existem novas identidades que fragmentam o sujeito. Por isso, uma ‘crise da identidade’ está ocorrendo atualmente em nossa sociedade.

Por essa linha de compreensão, o autor aponta duas concepções de identidade que ele reconhece que estiveram presentes no imaginário social e, por último, a que prevalece atualmente em nosso imaginário. Primeiro, aquela concepção de identidade unificada remontada ao período iluminista. Compreendia-se neste período “[...] a pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior [...]” (Hall, 2003, p. 11). Este núcleo interior, de acordo com Hall, permanecia sempre o mesmo. Assim, esta concepção de identidade era individualista. A segunda concepção de identidade destacada pelo pensador foi aquela que não compreendia o sujeito como autônomo e suficiente, mas sim a partir da relação com outras pessoas consideradas importantes para ele. Deste modo, “de acordo com essa visão que se

tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade” (Hall, 2003, p. 11). E, por último, a formulação de identidade pós-moderna que defende que as identidades não são fixas, essenciais ou permanentes. Isto é, o sujeito tornou-se descentrado.

E esse descentramento, segundo Hall, deu-se sob influência de algumas ideias e fatos. O pensamento marxista é destacado pelo autor como um dos motivos do descentramento das pessoas. Pois, segundo o autor, no centro do pensamento do filósofo Karl Marx estão as relações sociais, como, por exemplo, os modos de produção, exploração da força de trabalho etc. Nesse sentido, a identidade das pessoas é moldada por relações sociais, isto é, ela é uma construção social, que pode ser modificada. E não é uma identidade essencial, que nunca muda. Um outro motivo importante desse descentramento é compreendido a partir da descoberta do inconsciente a partir da teoria do psicanalista Sigmund Freud, pois “a teoria de Freud de que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente” (Hall, 2003, p. 36).

Para além disso, de acordo com Silva, a identidade constitui-se a partir da diferença, ou seja, quando alguém que se identifica como branco, ele nega o “ser negro” (*apud*. Freitas; Lopes, 2020). Isto é, a identidade constrói-se a partir da noção de reconhecimento: reconhecendo o ‘outro’ enquanto diferente. Deste modo, conseguimos percorrer um caminho que possibilita a construção da nossa identidade. E, além disso, de acordo com Freitas e Lopes (2020), sentir pertencimento a um determinado grupo também está relacionado com a construção da nossa identidade.

Dialogando com este ponto de análise, a filósofa bell hooks identifica em sua obra *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança* (2021), a importância de reconhecer a presença das pessoas para entendermos o que é uma comunidade. Desta maneira, apesar da autora estadunidense não realizar um entrelaçamento teórico entre os conceitos de pertencimento, identidade e reconhecimento, defendendo a compreensão de pensar o estabelecimento do senso de pertencimento humano a partir também das noções destes outros conceitos. Assim, reparo que, em diversas ocasiões, senti pertencimento quando minha identidade foi reconhecida, ou seja, respeitada e validada.

Sendo assim, para observarmos o entrelaçamento destas ideias, início a partir do que o professor Diego Bechi explica em seu artigo *Luta por reconhecimento e a formação da identidade na teoria crítica de Axel Honneth* (2015), que o filósofo e sociólogo Axel Honneth elaborou uma teoria do reconhecimento que está relacionada

com a noção de identidade. De acordo com Bechi, Honneth explica que a identidade se forma por meio de processos intersubjetivos orientados pela busca de reconhecimento. E que existem três formas de desrespeito, a partir da teoria do pensador alemão, que atingem as três dimensões do reconhecimento: o *não-reconhecimento* que é “[...] provocado pelas experiências de desrespeito, impede a construção da identidade individual e coletiva” (Bechi, 2015, p. 66); os *processos de negação* que causam sofrimento, humilhação e privação e as *reações emocionais negativas* que são decorrentes de experiências de conflito interpessoal. Podemos refletir que os vários grupos minoritários, como mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, negros/as, pessoas com deficiências, entre outros, costumam sofrer diversas — senão todas — estas formas de desrespeito.

Ainda, Bechi esclarece as três formas de reconhecimento que aparecem na teoria desenvolvida por Axel Honneth: a da *dedicação emotiva*, a do *reconhecimento jurídico* e do *assentimento solidário*. A primeira ocorre a partir das relações de amor (amorosas, de amizade e nas relações entre pais e filhos/as). A segunda, relaciona-se com as relações com as pessoas do meio social, que é necessária para que o sujeito possa compreender-se como um sujeito de direitos. E a última, refere-se à solidariedade ou valoração social, o que possibilita o reconhecimento da individualidade de uma determinada pessoa. Ou seja, “[...] enquanto que nas relações jurídicas as pessoas são reconhecidas na igualdade, na comunidade de valores, elas são valorizadas pelas suas propriedades e capacidades concretas” (Bechi, 2015, p. 69). Assim, essas três formas de reconhecimento geram a autorrealização das pessoas (Bechi, 2015). Deste modo, indico a seguinte reflexão: como assegurar estas três formas de reconhecimento em nossa sociedade? Muitos indivíduos que fazem parte de grupos sociais têm estas formas de reconhecimento garantidas?

Em vista disso, é possível compreender o motivo pelos quais várias pessoas, em especial aquelas que fazem parte de grupos sociais minoritários, como eu, sentem a falta de reconhecimento, pertencimento e, em inúmeros momentos, perdem a sua identidade ou não a aceitam. Os sentimentos de vergonha e desprezo por nós mesmos nos acompanham, devido à falta da dimensão do reconhecimento compreendido também como respeito. Ressalta-se, contudo, que também estes sentimentos podem ser um impulso para o combate destas formas de opressão e violência, como também aponta Bechi, pois “as reações psíquicas negativas, ligadas principalmente aos sentimentos de vergonha e desprezo, podem impulsionar o ser humano a uma luta por reconhecimento”

(Bechi, 2015, p. 72). Em outras palavras, os conflitos sociais podem ser um caminho para as diversas lutas sociais.

Ainda, aprofundando essa discussão, o filósofo e sociólogo Axel Honneth indica (2003) que a vida social envolve uma luta por autoconservação. E que da política clássica de Aristóteles até o direito natural cristão, o homem foi compreendido como um ser com a capacidade de estabelecer comunidades. Embora, a partir do pensamento de Nicolau Maquiavel, o homem tenha sido compreendido como um ser egocêntrico (Honneth, 2003). Honneth escreve que, deste modo, “[...] manifesta-se pela primeira vez a convicção filosófica de que o campo da ação social consiste numa luta permanente dos sujeitos pela conservação de sua identidade física” (Honneth, 2003, p. 33). Com Hobbes, o homem tem, além disso, a capacidade de empenhar-se para o seu bem-estar no futuro (Honneth, 2003).

Não obstante, Hegel retoma, de acordo com Honneth, a concepção de uma luta social entre os homens. E a compreensão de que a reconstrução da eticidade humana deve ser reconstruída através das relações de reconhecimento. Quando Hegel elabora a sua filosofia da consciência com a obra *Filosofia do Espírito*, escrita em 1803-04, “[...] se reconhece como a si mesma (a consciência) em uma outra totalidade, em uma outra consciência” (Honneth, 2003, p. 63). Deste modo, só sabemos se somos reconhecidos em outra consciência a partir de suas ações (Honneth, 2003).

Ainda, para Hegel, “[...] a luta por reconhecimento é concebida como um processo social que leva a um aumento de comunitarização, no sentido de descentramento das formas individuais da consciência [...]” (Honneth, 2003, p. 64). Ponto no qual podemos estabelecer uma relação de proximidade entre o que a filósofa bell hooks nos propõe no livro *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança* (2021): o reconhecimento possibilita fundamentar uma comunidade, pois, desta maneira, conseguimos reconhecer a partir da unidade (cada indivíduo) a diversidade em um meio no qual existe o senso de comunidade (hooks, 2021).

Assim, existe uma relação fundamental entre reconhecimento e identidade, pois “[...] resultará daí a premissa teórica de que o desenvolvimento da identidade pessoal de um sujeito está ligado fundamentalmente à pressuposição de determinadas formas de reconhecimento por outros sujeitos [...]” (Honneth, 2003, p. 78). Ainda, Honneth escreve que:

Um conceito de eticidade próprio da teoria do reconhecimento parte da premissa de que a integração social de uma coletividade política só pode ter êxito irrestrito

na medida em que lhe corresponde, pelo lado dos membros da sociedade, hábitos culturais que têm a ver com a forma de seu relacionamento recíproco [...] (Honneth, 2003, p. 108).

Para Hegel, também segundo Honneth:

O modelo de Hegel toma seu ponto de partida da tese especulativa segundo a qual a formação do Eu prático está ligada à pressuposição do reconhecimento recíproco entre dois sujeitos: só quando dois indivíduos se veem confirmados em sua autonomia por seu respectivo defrontante, eles podem chegar de maneira complementar a uma compreensão de si mesmos como um Eu autonomamente agente e individuado” (Honneth, 2003, p. 120).

Ademais, é fundamental explicitar que o respeito está implicado na ideia de reconhecimento (Honneth, 2003). Quando reconheço a identidade de um indivíduo, estou estabelecendo respeito em relação às suas características identitárias. Por isso que a luta por reconhecimento ocorre quando o indivíduo confronta-se com situações de desrespeito, como, por exemplo, a ofensa e o rebaixamento (Honneth, 2003). Deste modo, as lesões físicas, como tortura ou violação, não apenas causam uma dor corporal, mas também promove um “[...] sentimento de estar sujeito à vontade de um outro, sem proteção, chegando à perda do senso de realidade” (Honneth, 2003, p. 215). Por essa linha de compreensão, os sujeitos são ameaçados em sua identidade, para além do sofrimento físico causado. Assim, compreendo que seu senso de pertencimento também esteja sob ameaça, pois como pertencer a um mundo que não reconhece determinadas identidades? E que inclusive aniquila-as?

Por essa perspectiva de reflexão, as autoras Mariana da Fonseca Anjos e Marta Rezende Cardoso, defendem (2023) que o reconhecimento de uma vida como vivível está vinculada ao modo como esta vida vem a ser socialmente enquadrada a partir dos marcadores sociais, como raça, gênero, classe, nacionalidade etc. Por esse caminho, a modernidade e a colonialidade têm um impacto importante na construção destes marcadores e também no reconhecimento de quais vidas devem ser reconhecidas como vivíveis e quais não. De acordo com elas,

[...] a colonialidade atua na sustentação de um enquadramento normativo do humano, evidenciando que o processo de emergência da civilização moderna ocidental, enquanto centro, é acompanhado pela marginalização de tudo aquilo que não corresponde a esse referencial (Anjos; Cardoso, 2023, p. 5).

Dessa forma, de acordo com as autoras (2023), isso acarreta uma precariedade social que desencadeia no indivíduo problemas de natureza social e psíquica. Além disso, a autora Mariana Fonseca dos Anjos, em sua tese de doutorado,

aponta uma importante relação entre o reconhecimento e a noção de pertencimento (2023). Ela escreve que:

[...] apenas através do reconhecimento recíproco que o sujeito pode ser considerado digno de existir por seu grupo de pertencimento e, a partir daí, digno de existir na humanidade, de modo que, neste plano, nos mantemos precários ao longo de toda a vida (Anjos, 2023, p. 95).

Ademais, podemos perceber atualmente que existe uma crise do pertencimento na nossa sociedade. No artigo *Identidade e pertencimento: reflexões sobre os processos culturais na modernidade* (2010) Carley Rodrigues Alves e Márcia Brito Nery Alves apontam como o fenômeno da desterritorialização provoca uma crise de pertencimento na modernidade. A ideia de desterritorialização, de acordo com os autores, é estruturada por um território geográfico e um território simbólico. De acordo com as suas palavras, “associamos o território geográfico, sobretudo, às condições possíveis de isolamento ou exclusão espacial; enquanto o território simbólico, à condição emergente da realidade vivida, no mundo globalizado” (Alves; Alves, 2010, p. 3).

Esta desterritorialização que permite a falta do senso de pertencimento dos sujeitos é provocada, segundo os autores, em especial, pelo modelo capitalista⁴ de produção que favorece a individualização, a busca por independência e liberdade. Sendo assim, a partir dessa perspectiva, a crise de pertencimento origina-se pela busca frenética dos indivíduos em torno de independência econômica e de construção de novas identidades (Alves; Alves, 2010). E os destinos finais, traçados pelos autores, deste processo de desterritorialização é concebido a partir dos chamados excluídos e cosmopolitas. Os excluídos resultam nas favelas, guetos, prisões etc. E os cosmopolitas “têm a sua disposição os meios de produção, os recursos mais do que necessários para um padrão de consumo exacerbado [...]” (Alves; Alves, 2010, p. 5).

Diante disso, os conceitos de identidade e pertencimento são apresentados, a partir das ideias desenvolvidas pelos autores como sendo o primeiro, em um processo de construção, e o segundo, em um processo de desconstrução nas sociedades contemporâneas. E isso ocorre a partir do fenômeno de desterritorialização, visto que os sujeitos são instigados a viverem apartados, sem reconhecer os demais, sem viver com princípios como cooperação e reciprocidade. Por essa razão, podemos compreender, como afirmam Rodrigues Alves e Nery Alves (2010) que a comunidade é

⁴ O sistema capitalista não é objeto de discussão no trabalho, contudo considero importante ressaltar que ele colabora para difundir valores como individualismo, competitividade e demais valores que vão no sentido oposto à coletividade, comunidade.

uma via para o estabelecimento do pertencimento humano, pois desta maneira os sujeitos conseguem se reconhecer uns nos outros. Ponto esse no qual relaciona-se com os ideais propostos pela filosofia de bell hooks. Portanto, podemos conceber que o pertencimento, apesar das suas multifaces, pode ser compreendido a partir dos conceitos de identidade e reconhecimento.

5 HOOKS E A COMUNIDADE: UM LUGAR DE PERTENCIMENTO, RECONHECIMENTO E IDENTIDADE

No início do livro *Pertencimento: uma cultura do lugar* (2022), conseguimos perceber e reconhecer a vontade que hooks tinha de morrer no Kentucky, no estado onde nasceu. A filósofa estadunidense revela essa vontade que, de fato, foi cumprida quando faleceu. hooks descansou onde gostaria, no lugar onde reconheceu ao longo de sua vida que era o local onde pertencia.

Neste local, a autora aponta como a natureza era a base da subcultura negra hegemônica. hooks escreve que “a natureza era verdadeiramente um santuário, um refúgio, um lugar de cura para as feridas” (hooks, 2022, p. 30). Ou seja, no Kentucky havia ambientes onde a pensadora conectava-se com a natureza e que eram essenciais para a sua vida. E, ainda, ela mostra como esse ambiente reconfortante onde havia a natureza para se acalantar, as pessoas negras e brancas viviam em um ambiente com integração. Outrossim, “a noção de “propriedade privada” era estranha; as colinas pertenciam a todos, ou pelo menos era o que eu sentia quando criança” (hooks, 2022, p. 32). Contudo, o pensamento supremacista branco, como ela denomina, trouxe uma cultura de medo, “[...] sob a qual aprendemos a temer a terra e os animais, a temer a boca ruminante úmida dos cavalos que pessoas negras raramente voltariam a montar” (hooks, 2022, p. 35). No Kentucky, sendo assim, existiam duas culturas opostas: o do poder capitalista supremacista branco hegemônico e o da anarquia que defendia a liberdade para todos (hooks, 2022).

Em Stanford, quando estava para estudar, hooks relata que não se sentia pertencente à universidade, ela se achava uma intrusa indesejada. Pois no Kentucky, ninguém acreditava que hooks tinha sotaque da Califórnia. Desse modo, ela tornou-se objeto de uma atenção indesejada. E, por consequência, optou por mudar o seu modo de

falar para ser mais aceita e reconhecida pelos demais. Desse modo, conseguimos perceber, mesmo que a pensadora não tenha declarado explicitamente a relação entre estes conceitos em suas obras, que o pertencimento se atrela também a noção de reconhecimento e identidade. Neste exemplo de situação, hooks buscou mudar inclusive traços de sua identidade (seu modo de falar) para ser reconhecida, com o objetivo de promover o seu pertencimento ao ambiente novo no qual encontrava-se naquele momento de sua vida (hooks, 2022).

Além disso, a filósofa também nota a importância do reconhecimento em seu processo de adaptação aos lugares novos que viveu:

À medida que obtinha maior reconhecimento como intelectual e escritora, sentia que estava sempre colaborando para dar visibilidade e significado às minhas verdades centrais em um mundo onde os valores e as crenças que escolhi como fundamento de vida não tinham significado (hooks, 2022, p. 41).

E, deste modo, sua falta de reconhecimento, inclusive dos seus próprios valores e da sua identidade a partir de determinados lugares onde viveu, longe do Kentucky, trouxe ainda mais desafios para se sentir pertencente. As pessoas sentiam pena de hooks, a percebiam como alguém apegada a valores e ideais ultrapassados, e acreditavam que ela não sabia aproveitar as oportunidades ou a entrar no jogo que a tornaria bem-sucedida. A cultura do pertencimento, dessa maneira, foge da lógica do sistema capitalista (hooks, 2022). Ela narra que “abandonar o passado na zona rural significava abandonar culturas de pertencimento e de comunidades baseadas no compartilhamento de recursos em favor de uma cultura de individualismo liberal” (hooks, 2022, p. 50).

No capítulo 10 desta obra, hooks nos convida a uma reflexão breve a respeito do que é reconhecimento quando trata sobre a importância das varandas nas casas onde morava quando mais jovem. A autora conseguia perceber a diferença de olhares das pessoas que passavam. De acordo com as palavras de hooks, ela explicita: “[...] consigo diferenciá-lo do olhar acolhedor de boas-vindas e reconhecimento de indivíduos brancos que também entendem a etiqueta da civilidade, da construção comunitária e da paz” (hooks, 2022, p. 189).

Ademais, a filósofa atenta-se ao fato de que a terra pertence a todos. E reafirma em vários momentos que as populações negras possuem uma forte ligação com a terra. hooks compreende que a sociedade moderna esqueceu que os negros eram agricultores, pessoas da terra. A pensadora também defende que a relação com a terra

que os negros haviam estabelecido possibilitava o pertencimento deste grupo. E que, ademais, pessoas negras podem ter a sua psique restaurada das marcas do racismo e da exploração a partir do resgate da sua relação com a terra (hooks, 2022).

Assim, a ligação dos negros com a terra é considerada, de acordo com a pensadora, como uma dimensão importante e necessária para a cura dos negros em relação ao sistema racista. Ela concebe que:

Ao recuperar o legado de nossos ancestrais que sabiam que a maneira como tratamos a terra e a natureza pode determinar o nível de nosso amor-próprio, o negro precisa reivindicar um legado espiritual no qual conectamos nosso bem-estar ao bem-estar da terra (hooks, 2022, 74).

Por isso, ela também relata que sentiu desolação quando saiu do Kentucky, pois não conseguia identificar-se, ser reconhecida e pertencer aos novos lugares em que estava diante dos diferentes valores que estavam presentes nestes novos ambientes. hooks foi ensinada a ser uma pessoa ética, íntegra, a amar as outras pessoas, como a si mesma, a ser leal e a fazer da terra o seu lar, a sua morada. Em vista disso, não sabia como viver em um mundo onde esses valores não eram valorizados (hooks, 2022). Diante dessa desolação, hooks retornou ao Kentucky quando percebeu que tudo o que desagradava em seu estado natal, como o racismo e o patriarcado, era a norma em todos os lugares. Ela narra como realizava um resgate, a partir da memória, a respeito da sua história ligada ao Kentucky:

O cenário interno, o mundo das colinas do Kentucky, onde vivenciei a mais profunda sensação de liberdade em minha vida de menina, era o local para onde eu retornava na imaginação a fim de restaurar a alma depois de ter passado pelo exílio distante do único lugar que havia me dado uma verdadeira sensação de pertencimento (hooks, 2022, p. 102).

Dessa maneira, conseguimos perceber que bell hooks possui uma ligação primordial do Kentucky para o estabelecimento do seu próprio senso de pertencimento, apontando a importância das populações negras com a terra, e o papel fundamental da comunidade para o fortalecimento dos indivíduos. A comunidade, em várias obras da pensadora, desempenha um papel fundamental. hooks nos convida a refletir que estar com os demais nos fortalece. E que um dos primeiros fatores para vivermos com os demais é acolhermos as diferenças. De acordo com as suas palavras:

Ao nos comprometermos a construir uma comunidade, somos chamados a um pacto de amor, de estender essa comunhão até mesmo quando enfrentamos a rejeição. Não somos chamados a fazer as pazes com o abuso; somos chamados a ser promotores da paz (hooks, 2022, p. 112).

Ademais, em *All about love: new visions* (2000), a comunidade desempenha um papel essencial para as pessoas viverem a partir de uma ética do amor. Também, na obra *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança* (2021), a relação de ensino-aprendizagem tem como base o viver em comunidade. E que a perda do senso de comunidade, apontado pela pensadora logo no início deste escrito, é o resultado da perda da nossa relação com o outro e com o mundo. Diante disso, hooks mostra que “[...] construir comunidade exige uma consciência vigilante do trabalho que precisamos fazer continuamente para enfraquecer toda socialização que nos leva a ter comportamentos que perpetuam a dominação” (hooks, 2021, p. 80). Dessa maneira, é também fundamental para ela, o reconhecimento da presença das pessoas para a construção de comunidades. E conseguimos também refletir que tanto precisamos do reconhecimento de nossa presença e identidade, quanto precisamos reconhecer os demais. Por esse caminho, embora hooks não tenha apontado a relação entre pertencimento, reconhecimento, identidade e comunidade, parece ser notável que no Kentucky, a filósofa também se sentia pertencente a partir da sua relação com os demais, na medida em que estes contribuíram para o fomento do seu reconhecimento e o fortalecimento da sua própria identidade.

Ainda, o professor, filósofo, poeta e líder quilombola Antônio Bispo dos Santos aproxima-se das ideias da pensadora bell hooks em seu livro *A terra dá, a terra quer* (2023). Em vários momentos ao longo dessa obra, Bispo dos Santos nos oferece reflexões sobre a vida nos quilombos. Por exemplo, apresentando o que é comunidade a partir do seu pensamento quilombola:

Enquanto a sociedade se faz com os iguais, a comunidade se faz com os diversos. Nós somos os diversosais, os cosmológicos, os naturais, os orgânicos. Não somos humanistas, os humanistas são as pessoas que transformam a natureza em dinheiro, em carro do ano. Todos somos cosmos, menos os humanos. Eu não sou humano, sou quilombola. Sou lavrador, pescador, sou um ente do cosmos. Os humanos são os eurocristãos monoteístas. Eles têm medo do cosmos. A cosmofobia é a grande doença da humanidade (Santos, 2023, p. 16).

Por esse sentido, o filósofo quilombola nos convida a observar que os “diversais”, “cosmológicos” ou “orgânicos”, denominados por ele, que são compreendidos como os povos confluentes (indígenas, quilombolas, negros), buscam envolvimento com a terra, com as árvores etc (Santos, 2023). Caminho no qual ele aproxima-se do pensamento hooksiano que defende a importante relação dos povos negros com a terra, com os outros seres, e com a comunidade no qual estão inseridos. Pois, como aponta Bispo dos Santos, o quilombo não é feito sozinho (2023). Para o desenvolvimento dos

quilombos “[...] foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos disseram que o que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro” (Santos, 2023, p. 27). Ainda, de acordo com o autor, o quilombo é um espaço de pertencimento, e é compreendido como uma morada. O pertencimento trata de:

[...] uma relação com o ambiente como um todo, com os animais e as plantas. Somos apenas moradores quando não temos uma relação de pertencimento, quando estamos aqui, mas partimos na primeira possibilidade que tivermos (Santos, 2023, p. 22).

Ademais, Santos também indica a importante relação que teve em sua vida — e que também faz parte do cotidiano dos quilombos —, com os mais velhos. E o vínculo que estabelecem com a natureza:

Outro pulsar das memórias de criança é o caminho da roça, que fazíamos junto às gerações mais velhas, a geração mãe e a geração avó. Ouvíamos a sonoridade emitida pela mata, a partir do movimento do vento e das águas dos riachos, rios e das cachoeiras, dependendo de por onde passávamos (Santos, 2023, ,p. 1).

Dessa maneira, portanto, quando analisamos o conceito de pertencimento e seus desdobramentos na vida, é fundamental reconhecê-lo a partir das ideias de identidade, reconhecimento e comunidade. Com os demais, conseguimos sentir o pertencimento ao mundo. É nele que, em várias ocasiões, reafirmamos a nossa identidade, aquilo que somos, e buscamos o nosso reconhecimento, além de reconhecermos os demais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei essa pesquisa com dúvidas e indagações. As dúvidas, por muito tempo, se fizeram presentes em minha vida, quase tornando-se uma morada daquelas que eu não percebia exatamente onde estava e que, por vezes, tentava sair. Ao longo da minha vida até esse presente momento, frequentei e ocupei lugares (simbólicos e geográficos) onde havia muitas incertezas. Eram lugares onde não havia algo sólido, do qual eu pudesse me agarrar e me sentir segura. Esses lugares me causaram e, posteriormente, me mostraram faltas que eu buscava preencher de modo incessante.

A partir dessas diversas faltas vivenciadas, busquei ir ao encontro do senso de pertencimento. E em diversos momentos, me perdi ainda mais, pois por muito tempo, busquei preenchê-lo de modo desfavorável a minha vida. Contudo, foi a partir das tentativas que encontrei caminhos para conhecê-lo. Este trabalho percorreu também alguns percursos para tentar evidenciar o importante conceito de pertencimento.

Para isso, inicialmente, procurei revelar, a partir de revisão bibliográfica, como o processo colonialista e, por consequência, a colonialidade são planos de fundo desse tema central. As estruturas coloniais, marcadas por inúmeras violências, opressões e hierarquias, concederam base para que pessoas, em especial, que fazem parte de grupos minoritários não consigam ter acesso ao que é pertencimento.

Após essas ponderações, busquei demonstrar com base teórica, principalmente a partir do pensamento da filósofa bell hooks, e em diálogo com a literatura, sociologia e a psicanálise, o que é pertencimento. Esse conceito, apesar de fazer parte do nosso imaginário e de nossa existência, pode adquirir diferentes definições. Contudo, busquei evidenciar, dialogando com o pensamento hooksiano, que a conceitualização de pertencimento, está atrelada à ideia de ‘morar’. Por isso, podemos nos sentir pertencentes a diversos lugares, como uma casa, a uma cidade, uma escola, um espaço sagrado etc. Inclusive, aqueles lugares simbólicos dos quais nos sentimos “em casa”. Além do exposto, entrelacei o conceito de pertencimento às ideias de reconhecimento, identidade e comunidade. Assim, demonstrei que é a partir de ideais coletivos, em comunidade, relacionando-se com os demais, que nos sentimos pertencentes. Na medida em que a nossa identidade é reconhecida, nos reconhecemos e também reconhecemos os demais. Dessa maneira, nos fortalecemos com as outras pessoas e nos sentimos mais pertencentes ao mundo.

Conforme pontuei anteriormente, me reconhecer, buscar compreender a

minha identidade e me sentir pertencente ao mundo tornou-se um desafio durante muito tempo. Em várias ocasiões da minha vida busquei construir a minha ideia de pertencimento e me sentir pertencente a pessoas, a lugares geográficos e simbólicos dos quais só me causavam mais desencontro comigo mesma. Foi no encontro com os meus ancestrais, com aqueles que vieram antes de mim e tanto me ensinaram — e ainda ensinam — que fui encontrando algumas respostas para a minha inquietude do não-pertencimento.

Sendo assim, gostaria de pontuar, brevemente, o caminho que percorri em direção aos lugares a que penso pertencer. A título de exemplo, foi a partir de uma desolação e desilusão, que busquei conforto, em especial, na minha mãe, depois de anos sem ter muito contato. Reencontrá-la me abriu um caminho para conhecer o que é pertencimento. A partir de uma conversa com ela, nesse mesmo dia, percebi o quanto buscava estar longe de pessoas que me amavam, devido à ausência de amor e de pertencimento que eu mesma sentia. Em vários momentos durante a minha vida culpei determinadas pessoas por situações que era necessário que eu mesma me responsabilizasse. Na vida, por vezes, ao que me parece, fazemos isso: culpamos os demais para nos ausentarmos da importante responsabilidade das nossas ações.

Contudo, ainda nessa mesma ocasião, me vi buscando algo que também havia me afastado por muito tempo: um espaço sagrado. Me desentonei de espaços religiosos por não concordar com determinados ideais e por não me sentir pertencente a eles. Sentia que eu não me encaixava nesses lugares devido a minha identidade. No entanto, me encontrei em uma comunidade após esse encontro com a minha mãe. Fui buscar conhecer, a partir da dor, um espaço onde encontrei amor e pertencimento. Um espaço pequeno, mas cheio de grandezas. Foi ali que fui me reconhecendo, pela primeira vez, em uma comunidade na qual eu me identificava. Uma comunidade com pessoas que percebem a vida com muita responsabilidade, humildade, com compromisso ético, empatia, solidariedade, união e com proteção. Um ambiente repleto de ensinamentos e possibilitando aprendizados para além do que eu havia me deparado em minha vida.

Esclareço que, além disso, durante muitos anos criei um enorme preconceito ao escutar que alguém era religioso/a. Compreendia e rotulava que as pessoas de qualquer nomenclatura religiosa eram carregadas de preconceitos. No entanto, eu fugia de encontrar um espelho e perceber que, a partir do meu próprio reflexo, quem realmente carregava intolerância religiosa era eu mesma. Fugia de reconhecer em mim, os preconceitos que eu refletia nos demais. Não escrevo essas linhas para tentar

convencer a quem me lê de que o pertencimento é encontrado apenas em um lugar sagrado. Tentei buscar evidenciar em meu trabalho que diversos lugares podem ser a nossa “casa”, o nosso ambiente acolhedor, seguro e carregado de afeto, do qual podemos sair em alguns momentos, nos deparar com situações desafiadoras, mas sempre queremos retornar. Pois ele é aquele lugar no qual nos sentimos pertencentes. Dessa maneira, como hooks aponta em *Pertencimento: uma cultura do lugar* (2022), foi no reencontro com a minha morada, com estar com os demais, que fui compreendendo quem era, fui aprendendo a me reconhecer e a reconhecer as outras pessoas. A comunidade me serviu como um importante espelho para me enxergar, perceber o meu próprio reflexo, e quem eu era — e sou —, e também para reconhecer os demais com as suas qualidades, imperfeições e contradições.

Por fim, encerro esta reflexão reconhecendo que percorri um caminho que só existe a partir das inúmeras faltas que vivenciei. Apenas me deparei melhor com o pertencimento, a partir do desencontro que tive com ele. Percorri lugares nos quais percebi que eram não-lugares, pois não eram de fato a minha morada e os locais onde me pertencia. Mas agora espero, de fato, fazê-lo um espaço onde habito. Espero fazê-lo uma morada.

REFERÊNCIAS

ALVES, Carley Rodrigues; ALVES, Márcia Brito Nery. Identidade e Pertencimento: Reflexões sobre os Processos Culturais na Modernidade. **IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. Sergipe, 2010. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10312/6/5.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ANJOS, Mariana da Fonseca; CARDOSO, Marta Rezende. Da exclusão social ao desalento: um olhar decolonial. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 26, s.n, p. 1-8, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/LTvKbtSbVcwdFpCGdXpNqJJ/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ANJOS, Mariana Fonseca dos. **O eu é um nós**: pertencimento e exclusão na vida subjetiva. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. p. 131. 2023. Disponível em: <https://teopsic.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2024/07/Tese-completa-revisada-Mariana-Fonseca-dos-Anjos.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2023.

AZEVEDO, Monia Karine; NETO, Gustavo Adolfo Ramos Mello. O conceito de self em Heinz Kohut. **Rev. bras. psicanál.**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 123-140, jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2018000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECHI, Diego. Luta por reconhecimento e a formação da identidade na teoria crítica de Axel Honneth. **Espaço Acadêmico**, s.l, s.v, n. 165, p. 64-73, fev., 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/25642>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FREITAS, Leidiana da Silva Lima; LOPES, Maria Suely de Oliveira. Entre negritude e pertencimento: a escrita insurgente de Carolina Maria de Jesus em Diário de Bitita. **Eixo Roda**, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 244-259, s.d, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/51558. Acesso em: 30 de dez. 2024.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7.ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

HERMES, Ernani Silverio; SILVA, Denise Almeida. “I belong to this place of words”: memória, pertencimento e escritura em bell hooks. **Revista de Literatura, História e Memória**, s.l., v. 15, n. 25, p. 117–129, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/21116>. Acesso em: 7 mar. 2025.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HOOKS, bell. **All about love: new visions**. Nova Iorque: HarperCollins, 2000.

HOOKS, bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. Trad. Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. Trad. Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, bell. **Pertencimento: uma cultura do lugar**. Trad. Renata Balbino. São Paulo: Elefante, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos feministas**, Florianópolis, SC, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MATHIAS, Dionei. Pertencimento: uma discussão teórica. **Alea**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25/1, s.n, p. 166-187, jan./abr., 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/5j8SHLFb5zy65tR5s5fjpSy/abstract/?lang=p>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 fev. 2025.

MIZRAHI, Beatriz Gang. Winnicott, Kohut e a teoria da intersubjetividade: uma psicanálise do pertencimento frente à precariedade contemporânea dos vínculos. **Cad. Psicanál. (CPRJ)**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 36, p. 11-29, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v39n36/v39n36a01.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

REIS, Róbson Ramos dos. Sentimentos existenciais, pertencimento e confiança, **Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia**, S.L, v. 12, n. 12, p. 232-267, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/Ekstasis/article/view/78557>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SOUZA, Celeste Ribeiro de. Pertencimento/não pertencimento Franz Kafka: um exemplo a ser lembrado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 35, n. 103, p. 63-80, nov., 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/192357>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TENÓRIO, Jeferson. **De onde eles vêm.** São Paulo: Companhia das Letras, 2024.